

PENSANDO E “DESPENSANDO” A CIDADE GREGA*

*José Antonio Dabdab Trabulsi***

Resumo:

Este trabalho analisa a obra de construção e desconstrução do modelo grego da pólis enquanto conceito central de explicação da história da Grécia antiga, tomando dois autores paradigmáticos em relação a esse percurso: Gustave Glotz e Kostas Vlassopoulos.

Palavras-chave: *cidade grega; pólis; Glotz; Vlassopoulos; historiografia.*

THINKING AND “UNTHINKING” THE GREEK PÓLIS

Abstract: *This work tries to examine the construction and the critic of the greek concept of pólis as the central concept in the study of ancient Greece, specially through the works of two major authors in this respect: Gustave Glotz and Kostas Vlassopoulos.*

Keywords: *greek city-State; pólis; Glotz; Vlassopoulos; historiography.*

Um grande esforço de renovação dos estudos sobre a Grécia antiga está em curso, e um ponto central desse esforço é o debate em torno da *pólis*. Tomaremos aqui, como pontos de referência para discutir a questão, dois marcos que considero fundamentais: um do início, da construção do conceito, e outro recente, do esforço de desconstruir o mesmo modelo.

Em 1928, Gustave Glotz publicava o livro que se tornaria a sua obra mais famosa, verdadeiro emblema de toda uma área de estudos, livro desde então continuamente reeditado: **La cite grecque** (GLOTZ, 1988). Trata-se de uma síntese erudita, mas a erudição é só um instrumento, e o objetivo

* Recebido em: 20/12/2015 e aceito em 18/02/2016.

** Professor titular de História Antiga da Universidade Federal de Minas Gerais.

final é uma argumentação muito bem encaminhada – o que explica o seu sucesso em todo o mundo. A “cidade grega”, segundo Glotz, é, sobretudo, uma cidade ateniense e democrática. Esparta tem pouco espaço, uma imagem ruim e sempre o papel errado em matéria de política externa. A cidade grega do autor é, igualmente, dos *includos* em sentido estrito: metecos e escravos não ocupam espaço, a não ser externo (eles não fazem parte estrutural do sistema). A cidade grega, segundo Glotz, tem muitos defeitos, mas ela é o próprio núcleo do helenismo, que é um modelo de civilização superior aos outros (e muitas vezes superior até aos modernos, numa visão do que os franceses chamam *Antiquisants*). Glotz é certamente o autor mais lido e mais discutido, o mais influente da primeira metade do século XX.

Os principais aspectos gerais de sua abordagem são a “fragmentação” da Grécia, “razão profunda de todas as suas grandezas e de todas as suas fraquezas” (p. 8-10), uma crítica à visão de Fustel de Coulanges quanto aos círculos concêntricos (família, tribo, Estado) que teriam constituído a cidade grega, e uma defesa intransigente do ponto de vista segundo o qual o poder da cidade e a liberdade individual estiveram em equilíbrio, progrediram juntos, “marcharam de mãos dadas”, se quisermos adotar aqui a célebre expressão de Moses Finley (FINLEY, 1984) acerca de outro aspecto da história grega. O livro, publicado em 1928, é marcado pelo cansaço dos europeus em relação à guerra e pelo sentimento de desproporção entre o que estava em jogo e o custo exorbitante da guerra de 1914-1918: “A história da Grécia antiga é apenas um tecido de guerras mesquinhas e cruéis, nas quais todos os furores de que é capaz o patriotismo se desencadearam pela conquista” de coisas mesquinhas (p. 39). Ora, a guerra antiga era, ainda mais do que a guerra moderna, uma questão econômica, um meio evidente (e talvez único) de enriquecimento rápido. Segundo ele, “muitas tentativas foram feitas para remediar a fragmentação, inserir as cidades em quadros mais amplos. Mas isso exigia a renúncia a uma parte da soberania; elas sempre foram barradas por uma repugnância intransponível” (p. 39). O efeito disso é que “este particularismo estreito e ciumento expunha a raça inteira a ameaças que ela nem sempre foi capaz de conjurar” (p. 40). Um liberal como Glotz não é capaz de aceitar a recusa dos gregos em abandonar o exercício direto da soberania em nome de um ideal maior. Sobretudo em 1928, quando toda a opinião “esclarecida” da Europa apostava ainda no sucesso da SDN (Sociedade das Nações). Mas ele é um grande historiador, que sabe reconhecer também os aspectos positivos do particularismo, como a variedade de formas políticas e

culturais, a emulação entre essas diversas experiências, o recurso a todas as energias dos gregos, o que é inteligente e raro na época.

Escrevendo antes da decifração do Linear B, Glotz começa sua periodização com a “cidade homérica”, que é para ele uma monarquia patriarcal onde vê nascer e crescer o regime aristocrático (p. 69) e onde se pode até discernir, mas em estado puramente embrionário, um elemento de democracia (p. 69). Mas ainda falta aparecer o voto. Vemos que a “cidade homérica” de Glotz é uma cidade grega em potência, uma espécie de Atenas clássica virtual. Glotz explica então a oligarquia (p. 71-108) como a forma geral pela qual todas as cidades passaram e na qual muitas permaneceram. Esparta aparece como o tipo ideal desse modelo. Glotz insiste mais nos defeitos do regime, com argumentos tirados de Heródoto e Aristóteles, e no movimento que imprime à história grega, há um ponto de chegada, que é a democracia clássica. De certa maneira, tudo que vem antes a prepara; portanto, tem sua razão de ser.

Em seguida, ele explica a tirania, dizendo que o tirano desempenhou um papel histórico importante enquanto “demagogo” que liderou os pobres contra os ricos, o chefe que a multidão seguiu cegamente (p. 118). Vemos que tudo o que leva à democracia tem sua razão de ser, até a tirania. Significativamente, reúne os dois temas num mesmo capítulo (capítulo IV, “O nascimento da democracia e a tirania”, p. 109-125). Vemos também que muitos termos tirados das lutas da sociedade industrial europeia do seu tempo, como “luta de classes”, “classes laboriosas”, etc., são por ele utilizados. Essa malha de leitura contemporânea (de Glotz) é perceptível em vários pontos. Por exemplo, ainda em relação aos tiranos: “Assim, querendo proteger de todas as maneiras a indústria, o comércio e a navegação, os tiranos se interessaram pela *haussmanização* de sua capital” (p. 123), o que é um meio indireto de reforçar a analogia entre a democracia grega e a república francesa, pois ele assimila aqui a preocupação com o desenvolvimento material, porém acompanhado de injustiça social e de falta de liberdade política – situações que se encontrariam na tirania grega assim como no Segundo Império Francês, época da modernização de Paris (também os tiranos transformaram urbanisticamente a cidade de Atenas!).

Em várias partes do livro, vemos voltar a obsessão em relação à unidade grega. Glotz explica, por exemplo, o medo que os tiranos tinham da guerra e sua política de aliança através de casamentos, e diz que “se o regime da tirania pudesse ter durado, quem sabe, talvez ele pudesse ter rompido a estreita autonomia das cidades e levado a Grécia, senão até à unidade, pelo

menos a uma espécie de federalismo” (p. 124). Que eu saiba, Glotz é o único a ter levado a obsessão pela unidade a ponto de levar essa “esperança” até a ação dos tiranos gregos... Mas a tirania não teve esse tempo.

A segunda parte da obra (p. 127 *sq.*) é dedicada à cidade democrática. Vemos desde o início uma escolha muito clara do modelo ateniense em oposição ao espartano, o primeiro sendo considerado como o futuro e o segundo como o passado (p. 130). Glotz volta a Sólon, que teria feito “uma ‘revolução mitigada’, estabelecendo entre as suas medidas o ‘habeas corpus’ do cidadão ateniense” (p. 132). “Prudente e provisória no aspecto político, mas ousada e definitiva no aspecto social, a reforma de Sólon marca o surgimento da democracia” (p. 133). Glotz se alinha aqui à visão exagerada, confundindo liberdades cívicas e democracia numa perspectiva liberal moderna. As leis políticas de Clístenes virão completar as leis civis de Sólon. A maneira como ele agencia a sua explicação passa a ideia de uma continuidade perfeita entre Sólon, Pisístrato e Clístenes, num movimento de “inevitabilidade democrática”, uma forma de teleologia.

Depois das guerras médicas, o desenvolvimento contínuo do comércio e da indústria, e a abundância de riqueza mobiliária provocaram “um alargamento contínuo da democracia, um deslocamento progressivo do centro de gravidade em direção à massa dos produtores e dos marinheiros” (p. 136). Chega então a figura providencial de Péricles: “Péricles, o sobrinho-neto de Clístenes, juntava a uma inteligência genial, uma eloquência, uma autoridade, uma habilidade no manejo dos homens, que lhe permitiram servir o povo dominando-o” (p. 137). É o encontro entre a leitura de Tucídides e as opiniões políticas do cidadão Glotz em relação à necessidade de servir o povo, mas o povo conduzido.

Glotz entra na estrutura social da democracia ateniense, e o que prevalece, segundo ele, é o equilíbrio. Na época de Péricles, “a vida política de Atenas mostra um equilíbrio perfeito entre os direitos do indivíduo e o poder público” (p. 140). Ele logo lembra que o sistema representativo não existia e teria sido considerado como uma restrição oligárquica da *isegoria*. Além disso, “orgulhosos de serem cidadãos livres, os atenienses são ainda mais orgulhosos de serem cidadãos iguais” (p. 140). Liberdade, igualdade... Atenas se configura como uma espécie de França da Antiguidade. E a fraternidade, terceiro elemento da tríade republicana, aparece sob a forma da justiça social. A igualdade política para se manter, afirma Glotz, precisa reduzir constantemente as desigualdades sociais. Sem isso, uma democracia

não sobrevive. Mas, “com um chefe como Péricles, Atenas conseguiu realizar uma obra admirável de solidariedade e preservação social” (p. 142). E isso sem pisotear os direitos e os interesses dos ricos, ou seja, sem abolição de dívidas, sem partilha de terra, mas com a mistoforia, as clerúquias, as grandes obras públicas, o pão a baixo custo. No V século, o equilíbrio é mantido: “o povo é rei, ele ainda não é tirano” (p. 145).

Vemos de novo aparecerem as convicções do cidadão Glotz, quando ele diz que “antes dos últimos anos do V século, não se observa que a liberdade tivesse degenerado em anarquia ou em indisciplina (...) quanto ao sentimento da igualdade, ele não era levado até à negação das superioridades intelectuais”, e “essa concepção toma um sentido político: para que a Grécia comande os bárbaros, como ela deve fazer, é preciso que na Grécia uma cidade esteja à frente das outras, e que nessa cidade um homem esteja à frente do povo. Para chegar ao seu destino, a democracia ateniense se submeteu à ditadura moral do gênio” (p. 152). Temos aqui uma bela definição transposta daquilo que se chamou na história da França contemporânea de “elitismo republicano”, forjado durante a III República (1875-1940). O paralelismo se torna explícito quando ele diz: “liberdade, igualdade, era propriamente a divisa dos atenienses; eles acrescentaram a fraternidade, sob o nome de filantropia” (p. 153). Não falta mais nada, a analogia fica completa.

Liberalismo e republicanismo se combinam em Glotz e, de acordo com os temas, prevalecem alternativamente. No seu comentário da Oração Fúnebre, ele estima que o elogio de Atenas “não deforma” a realidade: “o que merece a nossa atenção são os desenvolvimentos sobre as relações entre o Estado e o indivíduo. Vemos ali máximas acerca das quais se diria que elas inspiraram a Declaração dos Direitos do Homem. A liberdade política é apenas a consequência da liberdade da qual desfrutam todos os cidadãos na sua vida privada. Onde então se encontra essa opressão que lhes imporia, segundo um preconceito demasiado difundido, a onipotência da cidade?” (p. 155). Glotz tem razão nesse debate que nunca termina. M. Hansen (HANSEN, 2001, p. 55-77) tem ainda a mesma opinião, e eu também. Glotz se afasta assim da oposição liberal entre antigos e modernos. Mas há um momento em que o equilíbrio é rompido: “chegam as gerações de atenienses que não ouvirão mais falar em oligarquia, e levarão o princípio democrático até as suas consequências extremas, que serão dominadas por interesses egoístas e puramente materiais” (p.163). Vemos aqui o lado liberal de Glotz: a democracia deve permanecer política e não se estender à economia.

Outro campo importante, a política externa: “Atenas seguiu no V século uma política externa que não foi desprovida de grandeza; ela criou o mais belo império marítimo que a Antiguidade conheceu” (p. 175). Glotz, cidadão de um país com um grande império colonial na África e na Ásia, está longe de condenar as práticas imperiais. O patriotismo é ainda um valor inquestionável nessa Europa onde o espírito “ancien combattant”, herdado dos sofrimentos da guerra, era muito forte.

Quanto aos aspectos relativos à lei, ele reconhece que havia certa confusão entre lei e decreto, mas relativiza isso, lembrando que os modernos, que inventaram o decreto-lei, não possuem muita legitimidade para criticar os antigos quanto a isso. Aliás, Glotz é claramente um “antiquisant”, além de ser um historiador da Antiguidade, ou seja, alguém para quem a comparação entre o mundo antigo e o mundo moderno resulta, na maioria das vezes, em vantagem para o mundo antigo. E o maior mérito do sistema, segundo ele, era o de promover a educação política permanente dos cidadãos, pois a política não era “a simples obrigação de depositar um voto na urna em longos intervalos de tempo” (p.187). Glotz se mostra um republicano (mais do que um liberal) nessa abordagem positiva da participação cidadã como pedagogia. Isso o leva a indicar como efeitos do sistema uma lucidez coletiva superior e uma Atenas que se aproximou da perfeição no tempo de Péricles. Infelizmente, adianta ele, tudo isso vai mudar no IV século, quando não vigorará mais a primazia do interesse geral, mas do interesse particular.

Acerca da escolha dos magistrados, Glotz assinala que nenhum cidadão é excluído das honras, quaisquer que sejam seu nascimento e fortuna. A única superioridade que se admitia era a do mérito e do esclarecimento, de tal forma que a República pudesse ser governada por uma aristocracia, mas sob o consentimento do povo. Tal era, segundo ele, o ideal do regime e, sem dúvida, o regime ideal. Temos ainda aqui o ideal francês moderno do “elitismo republicano”, caro à III República francesa, e que Glotz reencontrava na Atenas democrática do V século. Em todos esses temas, ele é um verdadeiro “pedagogo” da democracia grega, mesmo quando não aprova totalmente suas práticas.

Um tema ao qual Glotz não podia escapar era a escravidão. Ele dedica três páginas (em 400) ao assunto, em que afirma a liberalidade do tratamento dado aos escravos em Atenas (maior mobilidade espacial, possibilidade de serem confundidos com os livres na rua, além de protegidos pela lei das punições excessivas, etc.). Para Glotz, a liberalidade e a filantropia

ateniense começaram a solapar as bases da escravidão. Ou seja, democracia e escravidão são contraditórias, um resultado da contingência, da história dos gregos, e não complementares, como dirão autores posteriores a ele.

Sobre a vida social em geral, as cidades gregas (e Atenas) são apresentadas como acolhedoras aos estrangeiros, até propiciando-lhes casamentos (mulheres de outras cidades) e, durante muito tempo, os maiores chefes da cidade tiveram mães estrangeiras. “Foi assim até que a prosperidade comercial do Pireu e o poder do império marítimo garantiram ao título de cidadão grandes vantagens. Então, o povo achou mais prático restringir o número de beneficiários” (p. 277). Atenas, benigna para os escravos e acolhedora aos estrangeiros.

Sobre as concessões de cidadania ateniense, individuais ou coletivas, ele diz que “inaugurava-se assim uma política que teria transformado completamente a confederação ateniense e talvez mudado o curso da história, se, ao invés de ter sido ditada no último instante por uma situação desesperada, ela tivesse sido adotada mais cedo e aplicada amplamente” (p. 279). É preciso que Glotz tivesse realmente muita vontade de que isso tivesse acontecido para imaginar tal desfecho, tendo em vista a quantidade ínfima de concessões de cidadania ateniense. Isso mostra também o orgulho integracionista do francês republicano com a “France terre d’accueil”, elemento importante da ideologia da III República. O erro dos atenienses foi o de não se abrirem às outras cidades, como farão mais tarde os romanos, “enfim, da mesma forma que a França, vencida em 1815, deixou o Código de Napoleão aos seus vencedores, Atenas (...)” (p. 292). Essa missão civilizadora que justifica a dominação é obviamente para uso de um país colonizador – como a França da época de Glotz.

Chegamos assim à terceira parte do livro, “A cidade em declínio” (p. 301 *sq.*), em que todo o IV século é apresentado como decadente. Como sinais dessa decadência, Glotz apresenta atitudes que sempre tinham existido na Grécia, como o concubinato, as hetairas, o conselho de só ter um filho, dentre outras. Sua análise é especialmente frágil nesse ponto, pois se vê obrigado a multiplicar as nuances e exceções – o que é necessário à sua análise. Entretanto, é obrigado a superinterpretar as fontes, vendo sinais de “crise” no aumento da população urbana, enquanto isso é claramente um sinal de enriquecimento coletivo. E ele ignora simplesmente os dados, dizendo que agora não se cuida mais de embelezar a cidade (p. 310), quando sabemos pela arqueologia que o IV século construiu muito mais

do que o V século. Ainda quanto a isso, Glotz estima que as melhorias nas residências privadas são um sinal de declínio, quando antes os gregos construíam templos, o que é, de sua parte, uma escolha puramente ideológica. Construir templos e representar deuses é melhor do que construir teatros e representar humanos. Isso é para ele a história de um declínio. Mas é o individualismo que o preocupa mais: “o individualismo invasor não deixará em pé nada do que foram as concepções que tinham feito a força da cidade; ele chega a legitimar a soberania de um tirano ou monarca e fazer entrever o triunfo do cosmopolitismo” (p. 316). O cosmopolitismo aparece como oposto à *pólis*, e não como uma extensão do seu ideal. Outro problema será o poder do dinheiro, “que se estende e corrompe as consciências”. Nenhuma profissão escapa às garras do capitalismo, da crematística. Aqui também vemos uma transposição da crítica do poder do dinheiro, na tradição do republicanismo francês.

A democracia, de certa forma, sai de controle: “levados pela lógica dos princípios e das paixões, uma parte dos democratas chegou a desejar a igualdade completa, o nivelamento brutal” (p. 327), num clima de “luta de classes”. Dizendo isso em 1928, Glotz tem claramente em mente o fantasma do bolchevismo, que atormentava a Europa liberal de então. Toda essa passagem sobre a “luta de classes” é extremamente reveladora das suas posições, entre a crítica dos excessos do capitalismo e a crítica da ameaça comunista. Após um retrato sangrento dos conflitos sociais, com confiscações, violências e partilhas de terra, ele considera que “o que há de mais grave no IV século, para o regime da cidade, é que o espírito de partido se coloca acima do patriotismo” (p. 333), e cita vários episódios de recurso a estrangeiros nos conflitos internos, o que, obviamente, é um grande exagero, pois isso sempre existiu na política das cidades gregas, tanto antes quanto depois do IV século. “Patriotismo” aparece como valor supremo enquanto “cosmopolitismo” tinha aparecido como acepção negativa. E quando diz que “o que é pior ainda é a solidariedade de partidos de cidade a cidade”, que “não cria apenas laços morais, mas tende à supressão das fronteiras” (p. 334), o que está por trás é o temor da internacional comunista muito claramente.

A expressão mais presente nesta parte do livro é: “era então tarde demais”. O IV século é para ele marcado pela “decadência”, pelo “declínio”, e, em todos os campos, “era tarde demais”. Isso tem em vista preparar a explicação para a derrota diante de Felipe. Mas o fracasso diante dos macedônios é um fato de contingência, assim como tinha sido a vitória

sobre os persas no início do V século. Uma das razões principais da derrota é a falta de unidade política da Grécia, e a vontade de unidade em Glotz é tão grande, que ele dedica seu último capítulo à “Unificação política” (p. 359 *sq.*), o que é propriamente incrível, pois ela obviamente não aconteceu... Como a queda para Filipe vai marcar para ele o fim da cidade grega, vai se aproximando o final do livro, e a hora é propícia aos balanços.

É, então, com uma espécie de esperança nostálgica retrospectiva que Glotz aborda aquilo que poderia ter salvado os gregos, como as ligas e federações. Mas isso não chegou a tempo, e “a vitória de Felipe em Queroneia e a formação de uma liga pan-helênica em Corinto marcam uma época na história do mundo: elas dão uma data precisa a esse grande acontecimento, o fim da cidade grega” (p. 389). Ocasião para o autor criticar a avaliação positiva feita pelos alemães acerca dessa conquista militar vinda do norte, e a escolha da historiografia alemã de Felipe contra Demóstenes (símbolo dessa “república dos advogados” que seria a França da III República).

A “cidade grega” de Glotz é, como podemos constatar, ateniense e, sobretudo, democrática. É a cidade dos “incluídos” em sentido estrito. Metecos e escravos só têm nela um lugar exterior, não fazem parte estrutural do sistema. Esparta tem pouco espaço, uma imagem ruim, e, sempre, o papel de vilão em política externa. Essa cidade grega tem muitos defeitos, mas ela é o próprio núcleo do helenismo, que é um modelo de civilização superior aos outros, e até aos modernos, numa visão “antiquizante”. Glotz propõe com este livro uma síntese erudita onde a erudição é apenas um instrumento. Donde o seu sucesso imenso e duradouro.

Tomemos agora nosso outro marco: o da crítica atual do modelo da “cidade grega” tal como se delineou na obra clássica de Glotz e se desdobrou nas obras de muitos historiadores do século XX. Vários são os autores que trabalham no reexame da questão da *pólis* e da história grega (ROBINSON, 2011; BROK, 2000; OBER, 2008). Tomemos aqui como parâmetro talvez aquele que seja o nome mais significativo desse momento: Kostas Vlassopoulos, que foi professor associado de história grega na University of Nottingham, antes de retornar à Grécia. O livro que o lançou no panorama internacional foi sua tese de doutorado, **Unthinking the Greek pólis. Ancient Greek History beyond Eurocentrism** (VLASSOPOULOS, 2007). Em 2010, publicou **Politics: Antiquity and its legacy** (VLASSOPOULOS, 2010) e, em 2013, **Greeks and Barbarians** (VLASSOPOULOS, 2013). Em três livros (e muitos artigos), ele se afirma

como um dos principais nomes do esforço de renovação dos estudos sobre a Grécia antiga e sobre a Antiguidade em geral.

Na obra já famosa de 2007, Vlassopoulos mostra como a moderna historiografia escreveu a história grega de uma perspectiva eurocêntrica, como parte da história do Ocidente. Na falta de uma unidade, de um Estado unificado, de uma mesma forma de sociedade, economia ou cultura, foi a *pólis* que serviu de ponto central para uma história nacional. O objetivo de Vlassopoulos foi justamente reexaminar as polaridades criadas por esse modelo entre gregos e orientais, entre as economias antigas e modernas, e muitas outras. Seu objetivo ao “despensar” a *pólis* foi tornar possível a emergência de outra visão sobre a história grega.

Desde a introdução, verificamos que seu objetivo é o de fornecer uma história grega para uma época pós-nacionalista, para uma era de globalização: “O argumento central desta obra é que o estudo moderno da história grega tem sido fundamentalmente moldado pelas perspectivas do ocidentalismo/eurocentrismo. Podemos facilmente apontar vários aspectos-chave” (p. 2), e ele explica que a história grega é sempre tratada como parte da história do Ocidente ou da Europa, e não como parte da história do Mediterrâneo. Ela se torna parte de uma cadeia que começa no Oriente Próximo, passa sucessivamente para a Grécia, para Roma, antes de se dirigir à Idade Média e ao moderno mundo ocidental. O contexto mediterrânico é irrelevante no sentido de que deixa de existir no momento em que a tocha passa para outras mãos em direção à civilização ocidental. O conceito de cidade-Estado foi um instrumento do eurocentrismo: “O conceito que serviu para abarcar e preencher todas essas necessidades da história eurocêntrica foi o conceito de *pólis*, a cidade-Estado grega” (p. 4). Segundo o autor, foi esse conceito que serviu para diferenciar os gregos como estando na origem da liberdade e da democracia, por oposição às monarquias orientais e aos despotismos. Na falta de unidade nacional, a *pólis* serviu como equivalente, como pequenas réplicas e como meio de homogeneização dessa história. “Ela podia também servir idealmente o esquema eurocêntrico de evolução histórica: a *pólis* podia ser retratada como a forma histórica que emergiu, prosperou e finalmente declinou, passando o cetro para novas formas que emergiram, tais como as monarquias helenísticas e o império romano” (p. 4). Mudar tudo isso é o objetivo de Vlassopoulos. Para ele, é possível ultrapassar as histórias nacionais através de histórias das interações e interdependência entre várias comunidades e grupos, e assim ultrapassar a teleologia do

que ele chama “A Grande narrativa eurocêntrica” (p. 10). Sua alternativa visa salvar as periferias, os subalternos e os marginais do que ele chama “a enorme condescendência da posteridade”, retomando a bela expressão de E. P. Thompson, e isso sem cair no risco da “história em migalhas”, que ele recusa com a mesma veemência. E o autor pensa que a história grega é um campo muito propício para essa mudança de perspectiva justamente pelo fato de ter sido desprovida de um centro dominador, de ter sido constituída de comunidades espalhadas, de ter entrado em conexão com uma variedade incrível de outras comunidades e formas culturais. A história grega é a prova de que “a história tem importância” (p. 10) e que ela é o melhor meio de desconstruir esquemas preconcebidos. Seu livro se apresenta como um saudável exercício iconoclasta – mas o desafio é imenso, é claro.

A primeira tarefa que Vlassopoulos se impõe é a de delinear uma arqueologia dos discursos (capítulo 1, p. 13-67), com o objetivo de sair do que chama de “ditadura” da *pólis*. Sustenta que se tornou quase obrigatório abordar a história grega através do conceito de *pólis*, um procedimento “natural”, mas vai tentar mostrar que isso, na verdade, é uma tendência relativamente recente. Toca no ponto dos pressupostos da história da historiografia sobre os gregos. Mostra que a abordagem da *pólis* depende de várias premissas meta-históricas, como a colocação da história grega na europeia, uma filosofia da história evolucionista ou progressiva, uma metodologia da história funcionalista ou mecanicista, decisões sobre qual é a extensão da história grega, dos gêneros de narrativa. Para isso, Vlassopoulos define seis períodos do estudo da história grega antiga: 1. relatos dos antigos gregos acerca de sua história; 2. do Renascimento à Revolução Francesa; 3. da Revolução Francesa aos anos 1860; 4. dos anos 1860 à Segunda Guerra Mundial; 5. a formação da moderna ortodoxia no pós-guerra; 6. abordagens alternativas desde a década de 1980.

O autor realiza esse estudo das etapas assim definidas com uma clareza, uma informação e inteligência raras, que fazem dessa parte do livro a melhor introdução recente que conheço para o estudo das etapas da historiografia sobre a Grécia antiga. Dessa profunda análise, ele tira seu objetivo, que é o de afirmar a necessidade de outra história dos gregos. E o que poderia ser feito? E defende três etapas: uma é voltar aos gregos, em especial a Aristóteles, e estudar a maneira como eles próprios viam sua história – só isso já ofereceria uma ótima alternativa. A segunda seria aprofundar uma crítica argumentada da presente ortodoxia e do seu tratamento da *pólis*

como uma entidade que se manifesta no Orientalismo, no eurocentrismo. E, finalmente, delinear uma abordagem alternativa em termos do que ele chama (inspirado em Braudel) um “*système-monde*” (p. 67).

No segundo capítulo, então, Vlassopoulos estuda os discursos antigos sobre a *pólis* (p. 68-84). Em especial, argumenta que os historiadores modernos deveriam levar mais a sério as categorias de análise de Aristóteles. Para ele, não se trata de descartar as noções modernas nem de cair no velho discurso de que tudo começou com os gregos, mas sim de utilizar os conceitos antigos para superar os limites dos conceitos modernos e chegar a uma melhor compreensão do passado. Defende uma visão sobre Aristóteles que concebe a *pólis* como uma comunidade (e, portanto, não apenas os cidadãos, e menos ainda, apenas os cidadãos ativos), e como uma comunidade qualquer, grega ou não grega. Ele pensa até que, para Aristóteles, uma autonomia (a independência em relação aos estrangeiros) não era condição necessária para definir a *pólis*. A *pólis* é uma comunidade humana, onde quer que ela se encontre.

Para Vlassopoulos, a concepção aristotélica de *koinôniai* nos permite ver a *pólis* não como uma entidade com limites estritos, mas como um aglomerado de uma variedade de associações e relações, que vão das margens, como associações de mercadores ou mercenários, até um pequeno núcleo, como uma associação de culto local. Essas *koinôniai* possuem seus próprios objetivos, temporalidades e configurações espaciais. O conceito aristotélico das partes nos permite ver as necessidades de produção e reprodução de uma comunidade humana na sua totalidade e inter-relações, e não enquanto níveis distintos e segregados como na separação moderna entre sociedade, economia e Estado. Isso tudo resulta numa abordagem muito mais diversificada da *pólis* do que a visão predominante que ele denuncia.

Na segunda parte do livro (“Rethinking the contexts. The *pólis* as na entity: a critique”, p. 97-141), o autor desenvolve um programa muito ambicioso de, praticamente, refundar a história grega a partir de critérios que superem os critérios habituais de oposição entre Ocidente e Oriente, entre aspectos internos e externos, entre os níveis econômico, social e estatal – ou, pelo menos, de fixar os princípios fundamentais para que a escrita de uma nova história dos gregos se torne possível. A primeira frente de luta, segundo Vlassopoulos, seria a questão do Orientalismo. No capítulo 4, “East and West, Greece and the East: the *pólis* vs Oriental despotism”, p. 101-122, um caso de especial interesse é o da Atenas pós-clássica. O

argumento de que Atenas permaneceu sendo uma democracia até o período romano levanta a questão mais ampla das lutas políticas da vasta maioria das comunidades gregas que tiveram que lidar com contínuas interferências e com subordinação a poderes externos, e isso desde a época arcaica. O que significa ser uma democracia, quando se está sob a autoridade de um poder externo muito maior? Isso foi uma questão vital para a grande maioria dos gregos em todos os períodos de sua história.

Na realidade, toda comunidade consiste numa variedade de grupos com diversas ambições, meios e capacidades. De forma a satisfazer essas ambições e usar os meios e as capacidades, esses vários grupos participam da política, ou seja, de processos, práticas, instituições, debates e lutas. Mas o teatro disso não é dado de antemão: ao invés de pensar em termos do mítico Estado soberano, na verdade as políticas participam sempre de sistemas mundiais de poder ou de formações imperiais (p. 120). Com certeza, uma parte de tal concepção deriva da personalidade do autor, um cidadão europeu, um grego estudando e trabalhando na Inglaterra. Mas o livro antecede a grande crise das instituições europeias desencadeadas pela crise de 2007 e a situação de humilhação na qual a Grécia foi colocada pela União Europeia, com a Alemanha à frente. Seria interessante especular se a posição do autor, notoriamente de esquerda, seria exatamente a mesma hoje, pelo menos em relação a este ponto do Estado-nação.

Outro aspecto da desconstrução operada por Vlassopoulos no modelo dominante de história grega gira em torno da oposição entre a cidade dos consumidores antiga *vs* a realidade medieval e moderna (capítulo 5, p. 123-141). Ele critica fortemente o modelo da “cidade dos consumidores”, elaborado e difundido por J. Hasebroek (1928) e M. Finley (1973) nos quadros de um pensamento eurocêntrico, em torno do nascimento do capitalismo e da expansão europeia. Isso prepara o caminho para o passo seguinte, que é a fase de reconstrução do seu livro.

A parte III, “Beyond the pólis: the pólis as part of a ‘système-monde’” (p. 143-240), tem um tom claramente distinto das anteriores. O autor passa da crítica à proposição. Sua postura, entretanto, não é a de propor uma alternativa pronta ao modelo que ele desconstruiu, mas sim pistas de análise. Ele diz que não se trata de falta de vontade, mas da impossibilidade, no estado atual da pesquisa em história antiga, de propor outro modelo completo e bem delineado. Defende também que um novo quadro analítico e metodológico deverá ser construído, para que esse novo modelo possa

emergir, e isso só se fará com um constante diálogo com outras disciplinas, como a história da Europa moderna, a teoria dos sistemas-mundo, os estudos pós-coloniais e a teoria política. E isso sem copiar os modelos e procedimentos dessas áreas, mas dialogar com elas para criar os novos paradigmas da história antiga. Para isso, delinea pistas em três tempos. O ponto de partida seria trocar a noção de “world-system”, pela noção braudeliana de “système-monde”, mais restrita e operacional, no sentido de que não precisa abarcar o mundo inteiro ou grande parte dele, mas pode servir para analisar “mundos” menores, como o Egeu, ou relativamente amplos, como o Mediterrâneo. E os três caminhos seriam: a) que a *pólis* é parte de um sistema mais amplo; b) que existe uma multiplicidade de níveis espaciais e temporais coexistindo dentro desse sistema; c) que as *pólis* devem ser estudadas dentro do “ambiente” criado por esse sistema em seus múltiplos níveis.

O caminho para essa proposta começa com o capítulo 6 (“The *pólis* as a unit of analysis: *pólis* and *koinôniai*”, p. 147-155). Sua constatação aqui é que “a *pólis* não pode ser tomada como a única unidade de análise para a história grega. As *pólis* gregas sempre foram, mas em vários graus e maneiras, partes de um mundo mais amplo”, que precisa ser conceituado. As *pólis* gregas formaram vários tipos de sociedade, incluindo elementos muito variáveis, muitas delas incluindo muito mais gente do que apenas a comunidade dos cidadãos” (p. 155). Em seguida, ele aborda a questão do espaço (capítulo 7, “*Pólis* and space”, p. 156-189). Aqui começa, de fato, a parte mais propositiva do livro, com uma série de temáticas, como a variedade dos territórios das *pólis*, a questão das *pólis* e networks (redes) em relação com o agenciamento dos espaços, a temática regional (*pólis* e regiões), e uma mais vasta ainda, *pólis* e o “système-monde”, os movimentos de bens, de pessoas, de ideias e de tecnologias. Mais do que um relato global explicativo, temos aqui pistas, exemplos isolados muito promissores para futuras análises, mas que não formam ainda uma visão ou um modelo alternativo. O autor volta sempre a criticar o antigo modelo: “As abordagens modernas da história grega oscilam entre duas atitudes que eu considero como igualmente problemáticas. Uma delas é tomar a história ateniense, sua sociedade, economia e cultura como equivalentes à história grega, sua sociedade, economia e cultura. A abordagem centrada na *pólis* teve um papel fundamental quanto a isso. Atenas fornece um bom exemplo da ascensão, auge e declínio da *pólis* (...) o que combina bem com as periodizações habituais em história. Atenas se tornou uma democracia, e

então sua história combina bem com o relato teleológico do desenvolvimento da democracia desde a monarquia, passando pela aristocracia e pela tirania; isso também permite a muito comum identificação entre *pólis* e democracia, com a exclusão das várias experiências oligárquicas que constituem a regra na história grega. Atenas foi um poder independente e perdeu sua autonomia apenas na época helenística, o que ajuda a equacionar os conceitos de *pólis* e autonomia; ao mesmo tempo, Atenas foi um centro político, econômico e cultural, o que reforça a ideia de que *pólis* tinha a sua própria economia, política, sociedade e cultura, e deixa de lado os processos e centros mais amplos nos quais a ampla maioria das *póleis* eram constantemente dependentes” (p. 186). Isso teve consequências negativas, impedindo o surgimento de ferramentas metodológicas e analíticas para entender a variedade de culturas gregas e suas formas de ligação e interação. A história grega foi então escrita enquanto história nacional, separada das outras histórias nacionais do Mediterrâneo, como a egípcia ou a persa. Até os que se preocupavam com interações, só concebiam essas interações como relações entre sistemas nacionais fechados e autônomos. E ele tenta abrir um novo caminho: “Em conclusão: a abordagem em termos de sistemas-mundo pode nos permitir desvendar uma nova história grega, levando em conta a totalidade de comunidades gregas e inserir a história grega na história mais ampla do Mediterrâneo e do Mar Negro” (p. 189). Evidentemente, isso dependerá de um trabalho coletivo muito longo, eu diria a obra de toda uma geração de historiadores, para dar corpo a isso tudo.

Essa postura continua se desdobrando nos capítulos finais, como no capítulo 8 (“Poleis and polities”, p. 190-202), onde ele defende uma vez mais que a “*pólis* solitária” não é mais defensável, propondo abandonar a velha explicação segundo a qual *póleis*, *ethnê*, *koina* e comunidades não gregas eram vistas numa espécie de sucessão evolucionista, com as formas mais modernas substituindo as mais antigas. Por outro lado, ele propõe que se deixe totalmente de lado a relação entre *pólis* e autonomia, defendendo o ponto de vista que o vasto trabalho do Copenhagen Pólis Center demonstrou: que a autonomia, no sentido de independência política nas relações externas, nunca foi parte integrante do conceito grego de *pólis*, nem em termos teóricos, nem em termos práticos. Ele explica que os gregos nunca falavam de autonomia quando queriam definir o cerne da noção de *pólis* e nunca hesitaram em chamar de *pólis* comunidades que eram evidentemente incapazes de ter uma política externa independente. O

que Vlassopoulos propõe me parece ser o fim da *pólis* do Estado-nação e o início da *pólis* da mundialização (e da União Europeia, com as soberanias nacionais limitadas por mil fatores). Podemos nos perguntar se a troca de paradigma só apresenta vantagens?

Último elemento da nova proposta: a relação entre *pólis* e tempo (capítulo 9, “Pólis and time”, p. 203-220). Aqui também a visão eurocêntrica é contestada: “A construção da história grega como um campo dentro de uma perspectiva eurocêntrica teve um duplo efeito. Por um lado, a incorporação da história grega numa metanarrativa eurocêntrica necessitava a construção de uma história grega como uma entidade com início, auge e fim; ela necessitava de uma narrativa nacional homogênea; por outro lado, a história grega existia como uma entidade apenas da perspectiva de como ela funcionava como um estágio na evolução do ocidente” (p. 203). “Podemos chamar essa perspectiva uma visão do tempo por um túnel.” A ideia é a de uma trajetória linear movendo-se diretamente para a modernidade. “É a imagem de um trem (um verdadeiro *Orient Express* na verdade) que passa por várias estações, enquanto vai adiante para chegar à modernidade (vindo da Mesopotâmia para a Grécia, para Roma, para a Itália medieval, para a Holanda, para a Inglaterra industrial, etc.). As estações não têm importância em si, são desprovidas de história própria: sua única função é receber e facilitar a passagem do trem em progresso para a modernidade” (p. 203-204). As estações são deixadas aos especialistas, como uma história paroquial – sem sentido, fora do caminho do trem. A imagem dessa visão da história enquanto um “Orient Express” é genial, embora tivesse valido a pena destacar que se trata de uma viagem de volta.

Uma das grandes dificuldades dessa nova história que o autor defende é a questão da narração. Enquanto o relato eurocêntrico da história era linear e podia ser facilmente apresentado em termos narrativos, o novo que ele propõe é policêntrico, não linear, e mais difícil de apresentar em termos narrativos. O que fazer? Abandonar o projeto narrativo em história? Ele propõe que o historiador da Antiguidade fique atento aos debates acerca disso nas outras áreas da história, nas quais a questão vem sendo discutida há mais tempo.

Tudo isso se combina numa proposta muito simples e global, que é o abandono da noção de *pólis* como elemento-chave não só da periodização, mas do próprio estudo da história dos gregos antigos. Ele chega assim a seu último capítulo (capítulo 10, “Towards new masternarratives of Greek

history?”, p. 221-240), no qual se interroga sobre como seria possível fugir do modelo anterior. Os caminhos que propõe são os seguintes: um retorno a Aristóteles; levar a sério os historiadores gregos antigos, seus conceitos e suas análises; a arqueologia, que permite estudar os casos desprovidos de fontes escritas (narrativas); a numismática, que é muito boa para estabelecer conexões entre cidades; estudar Atenas para além da elite dos homens cidadãos; estudar Atenas de forma comparativa (por exemplo, em relação a Veneza, Amsterdam, Esmirna, Marselha, etc.). Ele propõe (p. 229) uma nova forma de história narrativa: não mais uma história da Grécia nem uma história dos gregos, e sim uma história dos gregos e da Grécia num conjunto de relações entre eles e com os outros, o que chama de uma história das *koinaipraxeis*. No que se refere à narração, defende um retorno à narração à moda antiga, ao relato de viagem, e até aos diálogos reconstruídos (à maneira de Tucídides e outros historiadores antigos). Em todo caso, ele estima necessário um retorno à narrativa em história.

Vemos que o livro de Vlassopoulos é, no essencial, uma desconstrução da *pólis*, sua parte propositiva se limitando a pistas (boas, sem dúvida, em parte já exploradas ou em exploração por vários outros autores – que ele cita, aliás, sempre de forma pertinente). Em outros aspectos, em especial suas propostas sobre a narratividade, ele parece mais original e, em algumas das suas ideias, bastante polêmico. A questão seria a de avaliar se a história que propõe, uma vez feita pelo conjunto de toda uma geração de historiadores (pois isso não demoraria menos do que uns trinta anos), não resultaria numa diluição ainda maior do “conteúdo grego”, se ela não faria ainda mais diminuir o espaço dos estudos antigos na cultura contemporânea. Talvez, quem sabe, isso seja inevitável com qualquer modelo – os fatores externos sendo muito mais poderosos do que a maneira como a história grega ou a história antiga é feita.

De qualquer forma, a história grega de Vlassopoulos é para um mundo em transformação, um mundo de enfraquecimento do Estado-nação, da Europa e do Ocidente (no longo prazo, é claro), num conjunto muito mais vasto e, quem sabe (possamos esperar), mais equilibrado e mais igualitário. Sua história é útil e importante, e por isso atrai e continuará atraindo muita atenção e muito debate. Acerca dela, poderíamos concluir retomando o famoso adágio de B. Croce, segundo o qual “toda história é história contemporânea”. A história grega de Vlassopoulos tem esse grande mérito de ser contemporânea do seu próprio tempo. Não é pouca coisa.

Referências bibliográficas

- BROCK, R., HODKINSON, S. (Orgs.) **Alternatives to Athens**. Varieties of Political Organization and community in Ancient Greece. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- FINLEY, M. **L'économie antique**. Paris: Minuit, 1975 [1973].
- _____. **Économie et société en Grèce ancienne**. Paris: La Découverte, 1984.
- GERNET, L. **Anthropologie de la Grèce antique**. Paris: Maspero, 1968.
- GLOTZ, G. **L'ordalie dans la Grèce antique**. Paris: Fontemoing, 1904.
- _____. **La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grèce**. New York: Arno Press, 1973 [Paris, 1904b].
- _____. **Le travail dans la Grèce ancienne**. Paris: Felix Alcan, 1920.
- _____. **Histoire grecque**. Paris: PUF, 1948 [1926], 2 v.
- _____. **La cité grecque**. Paris: Albin Michel, 1988 [1928].
- HANSEN, M. **Pólis et cité-État**. Un concept antique et son équivalent moderne. Paris: Les Belles Lettres, 2001.
- HUMPHREYS, S. **Anthropology and the Greeks**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.
- HASEBROEK, J. **Trade and politics in Ancient Greece**. New York: Biblio & Tannen, 1965 [1928].
- MAYEUR, J.-M. **La vie politique sous la Troisième République**. Paris: Seuil, 1984.
- NICOLET, C. **L'idée républicaine en France**. Paris: Gallimard, 1982.
- OBER, J. **Democracy and knowledge**. Innovation and learning in classical Athens. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- ROBINSON, E. **Democracy beyond Athens**. Popular government in the Greek Classical Age. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- VERNANT, J.-P. **Mythe et pensée chez les Grecs**. Paris: Maspero, 1965.
- VLASSOPOULOS, K. **Unthinking the Greek pólis**. Ancient Greek history beyond Eurocentrism. Cambridge: Cambridge University Press, 2011 [2007].
- _____. **Politics: Antiquity and its legacy**. Londres: I.B. Tauris, 2010.
- _____. **Greeks and Barbarians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.